

Tão próxima, tão distante: educação, sucesso e distanciamento da realidade em Carolina Maria de Jesus

Wellington Gabriel de Almeida¹

<https://orcid.org/0009-0002-0544-5175>

José Flávio da Paz²

<https://orcid.org/0000-0002-6600-9548>

Resumo

O presente artigo discorre sobre a trajetória de Carolina Maria de Jesus – autora de, dentre outras obras, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* – da favela do Canindé, em São Paulo, ao cenário da literatura brasileira e mundial. O artigo aborda os processos históricos que negaram à população negra o acesso à educação e de como este acesso, mesmo que curto, deu à escritora uma consciência diferente de si. O texto traz a chegada dos imigrantes, principalmente em São Paulo, como fenômeno importante para compreender o processo que contribuiu para a marginalização dos negros na cidade e acentuou o olhar de distanciamento da escritora perante os seus. O artigo expande sua observação para o panorama nacional brasileiro e mostra o ambiente em que eclodira o primeiro livro da escritora mineira e o quanto ele, apesar de todas as suas contradições, contribuiu para desconstruir o mito da democracia racial brasileira.

Palavras-chave: População negra. Relações raciais. Imigração. São Paulo.

So Close, Yet So Far: Education, Success, and Social Detachment in Carolina Maria de Jesus

Abstract

This article discusses the trajectory of Carolina Maria de Jesus – author of, among other works, *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus (Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada)* – from the Canindé favela in São Paulo to the Brazilian and international literary scene. The article examines the historical processes that denied the Black population access to education and how this access, albeit limited, provided the writer with a distinct awareness of herself and her social condition. The text presents the arrival of immigrants, particularly in São Paulo, as an important phenomenon for understanding the process that

¹ Mestrado. Secretaria Municipal de São Paulo. E-mail: gabsgabs@usp.br

² Doutorado. Faculdade Paulista de Artes. E-mail: jfp1971@gmail.com

contributed to the marginalization of Black people in the city and intensified the writer's sense of distance from those who shared her social reality.

The article expands its analysis to the broader Brazilian national context, highlighting the environment in which the first book by the Minas Gerais-born writer emerged and demonstrating how, despite all its contradictions, it contributed to challenging the myth of Brazilian racial democracy.

Keywords: Black population. Ethnic relations. Immigration. São Paulo.

Tan cerca, tan lejos: educación, éxito y distanciamiento de la realidad en Carolina Maria de Jesus

Resumen

El presente artículo analiza la trayectoria de Carolina Maria de Jesus – autora, entre otras obras, de *Cuarto de Desechos* (*Quarto de despejo: diário de uma favelada*) – desde la favela de Canindé, en São Paulo, hasta el escenario de la literatura brasileña e internacional. El artículo aborda los procesos históricos que negaron a la población negra el acceso a la educación y cómo este acceso, aunque limitado, proporcionó a la escritora una conciencia distinta de sí misma y de su condición social. El texto presenta la llegada de los inmigrantes, especialmente a São Paulo, como un fenómeno fundamental para comprender el proceso que contribuyó a la marginación de la población negra en la ciudad y acentuó la mirada de distanciamiento de la escritora respecto de quienes compartían su misma realidad social. El artículo amplía su análisis al panorama nacional brasileño y muestra el contexto en el que surgió el primer libro de la escritora mineira, así como la manera en que esta obra, a pesar de todas sus contradicciones, contribuyó a cuestionar el mito de la democracia racial brasileña.

Palabras clave: Población Negra. Relaciones raciales. Inmigración. São Paulo.

A migrante Carolina Maria de Jesus

A autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, reconhecida até hoje pela sua obra mais celebrada, despontou no cenário da literatura mundial após a publicação de seu primeiro livro, em 1960. Nele, narrou sua vida de favelada que catava recicláveis para sustentar os três filhos. O livro de Carolina Maria de Jesus impulsionou, dentre outras coisas, as discussões sobre as condições de vida da população marginalizada na cidade mais rica do Brasil, contribuindo para dar luz a muitas discussões que visavam uma transformação política e social no país. O pouco acesso que teve à escola foi crucial para que se tornasse a leitora e escritora que foi, ainda que tenha servido também para diferenciá-la de outros negros como ela.

Do interior de Minas Gerais à favela do Canindé, a migrante Carolina, tendo pais negros e avô ex-escravizado, veio para São Paulo assim como milhares de outros brasileiros, na esperança de transformar a própria realidade na urbe que crescia de modo exponencial. Negra, pobre, favelada, migrante, mãe solteira: os adjetivos se avolumavam para estabelecer o degrau que a mulher ocupava na sociedade. Para a escritora, São Paulo, àquela época, figurava como uma capital moderna, que tinha superado os preconceitos dos quais a população negra era vítima em sua cidade natal.

Nascida em Sacramento, Carolina Maria de Jesus cursou apenas dois anos do ensino primário no Colégio Alan Kardek. Os poucos anos de estudos foram garantidos graças à “benevolência” da Sra. Maria Leite Monteiro de Barros, para quem a mãe da menina trabalhava como lavadeira. A necessidade de trabalho fez que a família tivesse de se ocupar como colonos numa fazenda de outra cidade, o que, por consequência, acabou afastando a menina da escola. Ainda que, anos depois, tenha reconhecido a importância daquele curto período de escolarização em sua vida, Carolina, em seu Diário de Bitita (2014a, p. 125) revela, desde tenra idade, os preconceitos de que fora vítima:

Quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com meus colegas de classe por terem dito quando eu entrei:

- Que negrinha feia!

Ninguém quer ser feio.

- Que olhos grandes, parece sapo.

No relato da escritora, as afrontas das crianças revelam muito mais que um comportamento infantil. Os pais de Carolina, assim como milhares de outras pessoas negras, não tiveram acesso à escola. Eram figuras incomuns nos espaços escolares. Os poucos que conseguiram ocupar esses ambientes, ainda que por algum tempo, foi por obra da caridade de algumas pessoas ou entidades religiosas. A sorte da escola era uma possibilidade rara para pessoas como Carolina e, até aquele momento, oportunidade única dentro de sua família. Seus pais e avós foram frutos da exclusão que impedia que pessoas negras acessassem a escola, uma consequência da primeira lei de educação do Brasil, Lei nº 1 de 1837:

Artigo 3º São proibidos de frequentar as Escolas Públicas:

1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas.

2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.³

³Lei Provincial nº1, de 1837.

Decerto esse primeiro texto foi alterado, em 1878⁴, pelo decreto 7031 de 6 de setembro desse mesmo ano. A redação permitia que jovens negros, a partir de quatorze anos, pudessem estudar, desde que estivessem trabalhando. Entretanto, o texto da nova lei autorizava apenas pessoas do sexo masculino, livres, libertos, saudáveis e vacinados a frequentarem as escolas. Ainda que anos depois a população negra estivesse “autorizada” a adentrar os ambientes de ensino, os primeiros textos legais estabeleceram as barreiras iniciais da educação para essa população e tiveram como resultado os longos anos de distanciamento desse grupo da escola. Tal distanciamento, não por desejo da população negra, mas por força da lei, acabou por determinar a falta de um processo de escolarização de parte da população brasileira e serviu como desculpa para ser considerada como inapta para o emprego em alguns postos de trabalho. Portanto, pensando a realidade da população negra, na época, talvez não fosse de estranhar a reação das crianças da escola onde estudou Carolina. Para elas, assim como para a sociedade, talvez a escola não fosse o local adequado àquelas pessoas e as hostilidades a esses grupos fossem vistas mais como uma forma de sinalizarem que não eram bem-vindos.

Essa exclusão formal, operada por meio de leis e decretos, não foi apenas um impedimento físico ao prédio escolar, mas o que Carneiro (2005) conceitua como epistemicídio. Segundo a autora, o epistemicídio é um processo de negação e apagamento da cultura e da capacidade intelectual de grupos dominados, em que “o sistema escolar é o instrumento de consolidação e reprodução do primado da branquitude” (Carneiro, 2005, p. 96). No contexto de Carolina Maria de Jesus, o epistemicídio agiu ao tentar confinar sua intelectualidade ao silêncio e à invisibilidade, tornando sua sobrevivência literária um ato de resistência contra a morte simbólica de seus saberes.

Para a futura escritora, contudo, aqueles preconceitos de que fora vítima desde criança até a adolescência – quando, numa ocasião, foi presa pelos policiais “analfabetos” de sua cidade (Jesus, 2014a) ao ler um dicionário e aqueles imaginaram se tratar do livro de São Cipriano – eram, na verdade, expressão do pensamento provinciano dos moradores de Sacramento. Pensava, a jovem Carolina, que numa cidade próspera como São Paulo os preconceitos impostos à população negra já tinham sido superados:

“Olhava aquele povo bem-vestido. Será que todos eles são ricos? Olhava os brancos, estavam bem-vestidos. Olhava os pretos, estavam bem-vestidos. Os que falavam, tinham dentes na boca e sorriam. E se o povo está sorrindo então a cidade é boa. Aquela tristeza que senti foi desaparecendo aos poucos.”⁵

⁴ Artigos 5º e 6º do Decreto 7031-A de 06 de setembro de 1878. Legislação Informatizada- Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>

⁵ Fonte: Instituto Moreira Sales. In: BIOGRAFIA - Carolina Maria de Jesus (ims.com.br)

Antes de chegar à capital do Estado, Carolina Maria de Jesus passou por cidades do interior nas quais trabalhou como empregada doméstica e cozinheira. A razão de sua ida, pela primeira vez a essas cidades, foi por ocasião da busca de um tratamento para uma doença em suas pernas. Na ocasião, a escritora caminhou de Uberaba até Jardinópolis, em busca de assistência médica, tendo que pedir esmolas durante o percurso e sendo hostilizada por isso:

Que luta! Senti fome, mas tinha medo de pedir. Às seis horas cheguei em Jardinópolis. Procurei a Santa Casa, admirando. Todas as cidades de São Paulo têm uma Santa Casa, os paulistas são caprichosos. Dá a impressão que o único estado rico do país é o estado de São Paulo (Jesus, 2014b, p. 170).

De modo que o contato que teve com as cidades do interior do estado de São Paulo já lhe fazia nutrir grandes expectativas em torno da metrópole, uma vez que conseguiu o atendimento médico que tanto necessitava, mas não nas cidades de Minas Gerais. A ideia de que em qualquer cidade de São Paulo havia uma Santa Casa, criava na imaginação da mineira um cenário de progresso e oportunidades aos menos favorecidos. Mas não seria ainda este o momento que faria Carolina Maria de Jesus migrar em definitivo para a terra da garoa. Durante algum tempo, trabalhando em cidades do interior de São Paulo, cotejou a oportunidade de finalmente se instalar na capital. A cidade de Franca, onde trabalhou durante um período, mostrava-se um lugar pacato para sua inquietude. Com a morte da mãe, em 1937, acaba migrando para a capital paulista, realizando um sonho que alimentava, há algum tempo.

Assim, a trajetória de Carolina Maria de Jesus no cenário editorial brasileiro de 1960 representou um choque estrutural. Para compreendermos essa ruptura, é fundamental recorrer ao que Dalcastagnè (2012) identifica como a predominância de um olhar homogêneo na literatura brasileira. Ao analisar o campo literário, a autora observa que a representação de grupos marginalizados costuma ser feita por autores que não pertencem a esses grupos, gerando um “estreitamento do horizonte de representação”, no qual “a voz de quem vive a exclusão raramente alcança o status de autoridade narrativa” (Dalcastagnè, 2012, p. 152). Carolina, ao publicar seus diários, inverte essa lógica: ela rompe com o ‘olhar de fora’ do autor burguês e instaura a autoridade de quem narra a partir da própria vivência na escassez.

A urbe paulistana

São Paulo à época da chegada de Carolina era uma cidade em acelerado processo de crescimento e urbanização. A expansão populacional era percebida pelo fluxo constante de imigrantes e pela população rural que via no processo de industrialização da cidade uma forma de prosperar economicamente. O crescente número de fábricas construídas estimulava a migração de brasileiros de diferentes regiões do país, ainda que a população operária que ocupasse as vagas de

emprego fosse majoritariamente composta por estrangeiros, como apontam Castro e Machado (2007, p. 31):

Havia vasta oferta de mão de obra, substituição rápida e fácil de trabalhadores, salários baixos. Entre os recém-chegados, muitos eram europeus, mão de obra tida como civilizada, cuja entrada no país incentivava-se. Carolina fazia facilmente amizade com eles, mas logo os perdia de vista, pois eles acabavam por se deslocar para outros núcleos fabris recém-instalados fora do centro da cidade.

A entrada maciça de imigrantes começava a mudar o perfil da sociedade paulistana. Em seu *Nem tudo era italiano*, Santos (2017) aponta os números do êxodo europeu na cidade de São Paulo:

Apreende-se assim, que enquanto a população paulistana, de 1872 a 1895 aumentou cerca de 103.980, a parcela estrangeira da população cresceu 68.918 – o que representava mais da metade do crescimento demográfico da cidade. Dentre os estrangeiros, por sua vez, a maioria era de italianos (63,38% - quase 45.000), vindo a seguir os portugueses (21,13% - 15.000), espanhóis (6,76% - 4.800), alemães (3,38% - 2.400), franceses (1,55% - 1.100), austríacos (1,41% - 1.000) e um “pequeno número de ingleses, belgas e suecos”. Portanto, segundo os dados, um crescimento populacional relacionado a um grande número de europeus, especialmente italianos (Santos, 2017, p. 36).

Portugueses, espanhóis, italianos, ocuparam a vida e a literatura da escritora, muitos sendo seus vizinhos na favela do Canindé – caso da espanhola Maria Puerta, das poucas amigas que tinha na comunidade -, outros como namorados e pais dos filhos que teve. Carolina Maria de Jesus era uma migrante que assistia ao acelerado processo de desenvolvimento da cidade e o encantamento que teve muito se assemelha ao de centenas de outros chegantes que, até hoje, aportam à metrópole com a esperança de mudar a própria realidade.

Contudo, imigrantes e migrantes não foram recebidos da mesma forma na metrópole que crescia. A política nacional de embranquecimento da população estimulava a contratação da mão de obra europeia, criando desde essa época, um processo de segregação e marginalização da população negra, indígena e migrante de outras regiões do país na cidade de São Paulo, como apontam Castro e Machado (2007, p. 31):

Havia vasta oferta de mão de obra, substituição rápida e fácil de trabalhadores, salários baixos. Entre os recém-chegados, muitos eram europeus, mão de obra tida como civilizada, cuja entrada no país incentivava-se. Carolina fazia facilmente amizade com eles, mas logo os perdia de vista, pois eles acabavam por se deslocar

para outros núcleos fabris recém-instalados fora do centro da cidade.

A escolha pela mão de obra europeia em detrimento da local revela, talvez, menos o apreço a essa população do que o preconceito contra os brasileiros, principalmente negros, pardos e indígenas. Possivelmente, tanto esses como aqueles eram igualmente iletrados no idioma local, uma vez que, muito provavelmente, os europeus não realizaram nenhum curso intensivo de português antes de adentrarem o país. Os brasileiros, contudo, ainda conseguiam compreender a expressão oral do idioma, ainda que não sua escrita. O fato é que o afastamento da população negra da escola se tornava mais um argumento para recusá-los nas vagas de emprego, e a chamada “má-qualificação” possivelmente fosse muito semelhante entre brasileiros e estrangeiros, sendo que esses últimos migraram ao país fugindo de uma Europa devastada pela guerra e em condições sociais e econômicas bastante adversas.

O europeu, porém, chegou ao Brasil com status de superior. Tal era o pensamento do governo, que ele logo se espalhou pela sociedade e se imiscuiu ao pensamento dos brasileiros. Carolina Maria de Jesus foi uma das que foram abduzidas por esse pensamento. De fato, ao longo da vida, a escritora mostrou sua preferência em se relacionar com europeus em detrimento dos “pretos” e “nordestinos”. Fez duras críticas ao modo de vida dos negros e migrantes oriundos da região Nordeste, a quem muitas vezes se referia como “baianos”. Infelizmente a visão de Carolina era algo bastante comum à sociedade paulistana da época. Esse apreço pelo europeu era evidenciado pelas elites da cidade e pelo próprio governo de São Paulo, como aponta Santos (2017, p. 40):

Apreende-se, assim, por parte dos grupos ligados ao governo em São Paulo, uma “vontade” de que a população da urbe paulistana fosse de origem europeia e branca. Isso pode ser percebido mais expressivamente quando das raras vezes que os Anuários e Relatórios populacionais trataram da parcela nacional. Era quase sempre para constatar com entusiasmo a sua “inferioridade” em relação à superioridade da presença estrangeira, que trazia “enormes vantagens” [...] para o crescimento vegetativo de São Paulo” (AESD – 1902, 1903, p. 103) e, consequentemente, para a transformação da “Paulicéia numa grande cidade italiana” (ADSEDS, 1916, 1917, p. 17).

A migrante Carolina, de alguma forma, fora seduzida pelo discurso de superioridade dos europeus perante seus iguais. Revelou isso em seus livros e nas relações que manteve com estrangeiros. Foi alvo de muitas críticas, ainda que seu pensamento tenha sido alimentado por um discurso amplamente propagado na sua época. Assim como Carolina, milhares de brasileiros foram alimentados com um sentimento de inferioridade. A falta de instrução e de acesso à escola certamente contribuíram para essa autoimagem que a população tinha de si. Nesse sentido, cabe estabelecer um paralelo com uma reflexão da escritora Hooks

(2017). Na introdução do livro *Ensinando a transgredir - a educação como prática da liberdade*, a autora fala da importância que teve a escola Booker T. Washington e as suas professoras, na sua formação política e na sua luta antirracista:

Aprendemos desde cedo que nossa devoção ao estudo, à vida do intelecto, era um ato contra hegemônico, um modo fundamental de resistir a todas as estratégias brancas de colonização racista. Embora não definissem nem formulassem essas práticas em termos teóricos, minhas professoras praticavam uma pedagogia revolucionária de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial. Nessas escolas segregadas, as crianças negras consideradas dotadas recebiam atenção especial. As professoras trabalhavam conosco e para nós, a fim de garantir que realizássemos nosso destino intelectual e, assim, edificássemos a raça. Minhas professoras tinham uma missão (Hooks, 2017, p. 10).

Para Hooks (2017), a escola e as suas professoras contribuíram para o reconhecimento de seu potencial intelectual e, muito possivelmente, isso tenha contribuído para o olhar que passou a ter sobre si mesma e a comunidade da qual pertencia. Num breve paralelo entre o relato do autor e o que se evidencia na trajetória de Carolina Maria de Jesus, talvez seja possível inferir o quanto a educação presente na vida de uma e sua quase ausência na vida da outra, determinaram os caminhos que cada uma das escritoras pôde traçar. Entretanto, para a escritora brasileira, o fato de saber ler e escrever era o que a diferenciava dos outros negros e, de alguma forma, explicava seu desprezo pelos seus iguais.

Desse modo, pode-se afirmar que, a trajetória de Carolina Maria de Jesus pode ser compreendida, ainda, através do conceito de entre-lugar, proposto por Santiago (1978). Para o autor, o discurso latino-americano se constrói em um espaço de tensão, no qual o escritor não apenas reproduz a cultura dominante, mas a ocupa para desconstruí-la. Ele afirma que o entre-lugar é o espaço onde se exerce “uma dupla vigilância: a de se estar atento à sua própria diferença e a de se estar atento à diferença do outro” (Santiago, 2015, p. 28). No caso de Carolina, esse entre-lugar manifesta-se no uso da palavra escrita como ferramenta de resistência que, embora busque a validação do sistema literário tradicional, mantém a marca indelével de sua origem marginalizada.

Outrossim, ao analisarmos o aparente distanciamento de Carolina em relação aos seus pares na favela do Canindé, é possível observar o que se denomina identidade em trânsito, por este mesmo pensador. Para ele, o sujeito contemporâneo, especialmente aquele que atravessa fronteiras sociais e geográficas, não possui uma identidade estática, mas sim uma “experiência de vida que se faz na passagem, no trânsito entre culturas e espaços” (Santiago, 2015, p. 112).

Logo, o acesso à educação formal, mesmo que breve, colocou Carolina em um fluxo de subjetividade que lhe permitia transitar entre a realidade crua da sobrevivência e a projeção de uma intelectualidade que a situava fora dos

estereótipos esperados para uma mulher negra e pobre naquela temporalidade. Isso explicaria como ela conseguiu habitar o espaço entre a favela e a literatura sem pertencer plenamente a nenhum dos dois. Mais à frente veremos como essa pouca escolarização de Carolina Maria de Jesus, ainda que de início não tenha sido empecilho para alçá-la ao universo literário, pouco a pouco fê-la retornar ao mesmo degrau que a sociedade relegou aos negros como ela.

Da favela do Canindé para o Brasil e o mundo

Não só a cidade de São Paulo passava por um cenário de profundas transformações. O Brasil era alimentado, desde a Semana de Arte Moderna de 1922, por um ciclo de ideias, movimentos artísticos e culturais que reivindicavam transformações sociais profundas. No cenário internacional, o país vendia a imagem de uma nação que tinha superado suas questões raciais, habitado por uma diversidade de povos, num processo harmônico que foi alcunhado de mito da democracia racial. Tal pensamento fora exacerbado na obra de Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala* que contrapunha a realidade brasileira com o racismo observado em nações como os Estados Unidos e a África do Sul. A suposta “democracia racial brasileira” foi alvo de debates, e questionada por intelectuais como Nascimento (2016, p. 111):

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.

Não apenas as discussões acerca da realidade da população negra ocupavam o ambiente de discussões no Brasil. As disputas políticas entre os entes federativos acirravam o debate em torno das instituições e da democracia. A obra de Carolina Maria de Jesus foi publicada numa sociedade de efervescentes transformações sociais, culturais e políticas:

Brasília havia sido inaugurada no dia 21 de abril daquele ano. A “era JK” chegava ao fim, mas trouxera progresso de modernização. Foram anos de democratização plena, desenvolvimento e efervescência cultural. Em todos os domínios havia criatividade e êxito. A bossa nova traspunha as fronteiras nacionais e fazia sucesso nos Estados Unidos e na Europa.

A literatura brasileira atingia fase de grande inventividade e se voltava para problemas sociais e regionais. Grande sertão: veredas, de Guimarães Rosa, publicado em 1956, explorava a polissemia da linguagem e evocava as pessoas simples do sertão. No mesmo ano, João Cabral de Melo Neto expunha as agruras do Nordeste em *Morte e vida severina*. Em 1958 haviam surgido Gabriela cravo e canela,

de Jorge Amado, e a peça de Gianfrancesco Guarnieri, Eles não usam black-tie. O cinema novo despontava.

Também nos esportes o país tinha grandes vitórias [...]

Um vento de liberdade soprava pelo mundo afora a partir do final dos anos 50. Marcuse publica Eros e a civilização em 1955. A liberdade sexual, o movimento Beatnik, as manifestações contra a segregação racial nos Estados Unidos marcam um período de franca abertura e preocupação social (Castro; Machado, 2007, p. 70).

Nesse contexto de tantas mudanças, surge Quarto de Despejo: diário de uma favelada. Lançado nos últimos anos do governo Juscelino Kubitschek, em 1960, Quarto de despejo: diário de uma favelada foi o livro mais vendido daquele ano no Brasil. A trajetória de vida de uma mulher negra e favelada balançou os alicerces da frágil democracia que se inventava. Permitiu à escritora Carolina Maria de Jesus se tornar presença marcante na mídia, em eventos de literatura, em encontros com chefes de Estado, viajar para vários países da América Latina e, conseqüentemente, melhorar seu padrão de vida. Houve proposta de venda dos direitos autorais do livro para que virasse filme protagonizado por Ruth Cardoso, que era até então uma das atrizes expoentes do Teatro Popular do Negro (TEN). Peças de teatro foram inspiradas na obra da escritora. Chegou mesmo a ser convidada a vender o nome para uma marca de sabão. Lideranças do Movimento Negro se aproximaram de Carolina numa tentativa de “união da raça”. Foi matéria dos mais importantes jornais e revistas do mundo: Life, Time, Paris Match. Quarto de despejo: diário de uma favelada viria ser a prova concreta, a partir dos relatos de uma mulher negra, do quão era falso o mito da democracia racial do Brasil. Abriria os olhos do mundo e da própria sociedade brasileira sobre a realidade dos negros e flagelados do país.

Contudo, esse momento áureo da trajetória de Carolina Maria de Jesus foi relativamente curto. Se sobre os holofotes a escritora distribuía sorrisos e autógrafos, em sua vida pessoal o cenário era outro. As dificuldades em lidar com a fama e as constantes discussões com Audálio Dantas, editor do seu livro, eram uma realidade frequente por trás das câmeras. As turbulências na vida de Carolina pareciam se alinhar ao período de instabilidade política no país. Os anos que se seguiram ao fim do governo JK marcaram um cenário de ruptura. Em novembro de 1961 foi publicado seu segundo livro, Casa de Alvenaria. Em janeiro daquele mesmo ano, tomou posse como presidente da República o deputado Jânio Quadros. Carolina, que até então, sempre fazia referência aos fatos políticos da época em seus diários, não mencionou nem a posse de Jânio e nem sua surpreendente renúncia sete meses depois do início do mandato. Era o início de um período de grandes incertezas.

A escritora e a sociedade viram o vice-presidente, João Goulart, assumir o governo sob os olhares desconfiados dos militares. Os ministros vetaram o nome de Jango para a posse, o que acabou impulsionando um movimento em favor da legalidade e do cumprimento à Constituição iniciado no Rio Grande do Sul, liderado por Leonel Brizola. O Congresso limitou os poderes do novo presidente e as tensões

políticas persistiram até culminarem na ascensão da Ditadura Militar, a partir de 1964. As mudanças no cenário político vieram na contramão do ambiente de ideias que se via no Brasil. Possivelmente as turbulências políticas contribuíram para o apagamento de Carolina Maria de Jesus da mídia. É provável que a figura de uma mulher negra, favelada, com todo seu denunciamento sobre a situação da população degradada não fosse interessante para o regime que vinha como uma contraofensiva ao cenário de um pensamento mais progressista. Sobre essa mudança de rumo na trajetória da escritora, discorre Santos (2009, p. 105):

A carreira literária de Carolina – ascensão até 1965, queda até 1977 – coincidiu praticamente com a ditadura militar.

A agitação que vai da renúncia de Jânio, 1961, ao golpe de 64, trouxe consigo o fenômeno Carolina: negra, favelada, semianalfabeta [sic], falando ao Brasil.

A “queda” de Carolina Maria de Jesus de que fala Santos (2009) chama a atenção, principalmente quando se leva em conta o alcance atingido por seu *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. O livro tornou a ex-catadora uma celebridade no mundo literário e, pelo teor de sua obra, frequentemente solicitada por figuras políticas. A escritora procurou se aproximar do Movimento Negro, atendendo a pedidos de lideranças como o poeta, jornalista e ex-vereador Eduardo de Oliveira que, dentre outras coisas, pediu apoio de Carolina à candidatura de Jânio Quadros ao governo de São Paulo. Contudo, os tempos eram outros no cenário político brasileiro e a derrota de Jânio para Ademar de Barros só vinha a reiterar essa ideia. Sobre a essa mudança no panorama social e político do Brasil, aponta, novamente, Santos (2009, p. 104):

No Brasil a cadeia de idealizações que toda a sociedade respira, renovável a cada geração, se rompeu nos anos 1960 – 1970. Carolina ajudou a romper o ela da democracia racial: o preto feliz e agradecido que não nos pede favores.

A substituição dessas idealizações, que incluía a crença num país ilimitadamente fecundo (“em se plantando tudo dá”), de destino manifesto (“não importa o que fizermos seremos grande potência”), povo bom e generoso (“tudo aqui termina em paz e amor”), coincidiu com um fenômeno mundial: a juvenilização da vida (“só interessa o que é jovem”). O tempo era agora de Leila Diniz, carioca saudável e espetacular. Não se esperava que mulheres dissessem algo diferente de “aproveitemos o sol, as ondas e a cama, a vida é bela e breve”

Sua literatura passou a sofrer críticas de todos os tipos. Muitos a chamavam de “pernóstica” devido ao uso de palavras que não se esperava que ocupassem a escrita de uma mulher negra moradora de favela. Outros ridicularizaram seu “melodrama”, seu vitimismo. Ainda que vítima de racismo, Carolina Maria de Jesus nem sempre conseguiu, em sua obra, compreender o quanto esse preconceito

também vitimava as manifestações culturais do grupo a que pertencia. Em muitos de seus relatos, Carolina viveu o conflito da visão opressora que permeava a sociedade da época. Tal visão conflituosa a tornou alvo de críticas sobre sua alienação quanto à própria condição social. Em seu *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*, Santos (2009) fala dessa “alienação” que atribuíam à escritora:

Carolina foi alienada – é a conclusão a que cheguei anos depois – nos dois últimos sentidos: ela se colocava quase sempre ao lado contrário ao da sua condição de mulher negra favelada e, ao mesmo tempo, foi autônoma com relação ao mundo em que viveu – e, neste sentido, se alienou no seu mundo que não comportava o ofício de escritor. Sua insistência em escrever, sua obsessão por cadernos e livros prova que a residência do ser humano é a palavra; outra residência é o trabalho vivo (sic), transformador da natureza. Nenhum dos nossos parentes animais tem palavras (embora se comuniquem por sons, gestos, cheiros etc.) e, portanto, os escritores valem por isso: afirmam sem cessar as possibilidades do humano. Não é difícil amar a palavra quando se é instruído, difícil é amá-la irrestritamente quando não se passou do curso primário (Santos, 2009, p. 20).

Ao contrário do que a crítica conservadora da época apontava, classificando sua linguagem como 'gramaticalmente incerta' ou 'limitada', a escrita de Carolina Maria de Jesus pode ser ressignificada sob a ótica dos Estudos Culturais contemporâneos. Afinal, sua escrita, pode ser lida como uma manifestação do que Gonzalez (1984) denomina Pretuguês. Segundo a autora, o português falado no Brasil possui uma marca africana indelével que a norma culta tenta, sem sucesso, apagar. Ela afirma que “o caráter denegado da cultura brasileira” se manifesta nessa linguagem que “nada mais é do que marca de uma africanização” (Gonzalez, 1984, p. 238). Nesse sentido, as escolhas lexicais e as estruturas sintáticas de Carolina não indicam falta de instrução, mas a resistência de uma identidade cultural que se recusa a ser silenciada pela gramática hegemônica.

Dessa maneira, se, por um lado, o racismo institucional de que fala Nascimento (2016) operou na exclusão física e jurídica, por outro, o conceito de 'Pretuguês' de Gonzalez (1984) revela como essa exclusão tentou atingir a própria fala de Carolina, transformando sua riqueza expressiva em estigma linguístico.

O desgaste na imagem de Carolina, ainda era evidenciado pela mídia que agora a via como “arrogante” e “ultrapassada”. Passou a ser rechaçada pela imprensa, que ridicularizava seus atos:

Em julho, de 1966, já tendo retornado à favela, outro artigo foi publicado na seção “Um fato em foco”, da revista Manchete, de forma absolutamente execrável. Além de divulgar uma foto de Carolina nas ruas catando papel, o texto respectivo destacava: “Muito dinheiro ganhou e tudo gastou”. E seguiu: “A glória, a

enganosa glória, um dia a abandonou e Carolina voltou ao pó. À miséria e à favela” (Cortez, 2023, p. 17).

Diante do ostracismo de que passou a ser vítima, decidiu se isolar no sítio que comprou em Parelheiros, zona Sul de São Paulo. Diferente da maioria de outros brasileiros à época, conseguiu viver seus últimos anos numa propriedade que conseguiu comprar. Vivendo com os filhos, via oscilarem os momentos de tranquilidade e conflito. Em 1975, as jornalistas Clélia Pisa e Maryvonne Lapouge, vindas de Paris, entrevistaram Carolina em sua chácara. Dessa visita resultaram os livros *Brasileiras – Voix, écrits du Brésil*, composto por entrevistas com 26 personalidades femininas do país, e *Journal de Bitita*. Esse último, traduzido no Brasil como *Diário de Bitita*, um livro de memórias em que a escritora apresenta relatos importantes sobre as condições do negro no período pós-abolição e da população pobre do país. O Brasil vivia agora um período de tensão e ruptura nas instituições democráticas, num endurecimento da censura, em torturas, prisões arbitrárias e assassinatos, como o do caso do jornalista Vladimir Herzog.

Em 1976, uma nova edição de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* é lançada pela editora Edibolso. O livro, cujo nome faz referência à alcunha dada pela escritora à favela – quarto de despejo – em oposição à cidade – sala de visitas – novamente permite à Carolina participar de sessões de autógrafos no lançamento da nova edição da obra. No final daquele mesmo ano, o editor Henrico Rastelli recebe uma proposta de 15 mil dólares do produtor norte-americano Scarpelli para levar *Quarto de despejo* às telas. Carolina parecia voltar ao cenário midiático da época, mas seu falecimento em fevereiro de 1977, devido a um ataque de bronquite asmática, mudou os rumos da história.

A mulher que movimentou o panorama literário brasileiro tinha plena consciência de que a escrita e a leitura a diferenciava dos outros. Acima de tudo, o que Carolina esperava com sua literatura era não apenas reconhecimento, mas também respeito, talvez não necessariamente, um respeito aos outros. Sabia que sua condição de mulher negra e favelada lhe impunha as mais diversas mazelas sociais. Sobre esse reconhecimento de sua condição, podemos considerar a visão de Zilberman, em seu ensaio *A leitura no Brasil: sua história e suas instituições*⁶:

Não é coincidência que apenas dois tipos de seres ficam de fora do mundo da leitura, qualificados de frágeis e ineptos, até ingressarem na escola: a criança e o "homem do povo". Ambos recebem o mesmo qualificativo: são analfabetos, mas o primeiro pode transformar a carência em plenitude, desde que educado. Espera-se o mesmo do segundo, seguidamente estereotipado de modo pueril até mudar sua situação, para o que intervêm os ensinamentos que recebe ([s.d], p. 02).

A redescoberta da escritora ocorreu a partir da publicação de *Journal de Bitita*, em 1982, em Paris e sua tradução para o português, em 1986, pela Editora

⁶ Disponível in: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/index.htm>
Cultura, Educação e Trabalho, São Paulo, v. 2, 2026, eXX[2026]

Nova Fronteira. O livro de memórias que originalmente teria o título sugerido por Carolina, Minha vida ou Um Brasil para os brasileiros, recebeu o termo “diário” devido ao sucesso editorial de seu primeiro livro. Logo a Rede Globo de televisão apresentaria no programa “Caso Verdade: de catadora de papéis a escritora famosa”, a história de Carolina Maria de Jesus, interpretada novamente pela atriz Ruth de Souza. Ao longo dos anos, o Movimento Negro relembrou o legado da escritora nas celebrações dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, em 1995. A academia acabou vendo crescer o número de teses e publicações sobre a vida, a obra e os impactos de sua escrita na literatura de outros escritores. As contradições em torno de Carolina Maria de Jesus são um capítulo intrínseco de sua trajetória. Ainda que não tenha ao longo da vida se engajado com a luta da população negra, tornou-se reverenciada pelo movimento negro e uma das figuras mais importantes da representatividade dessa população.

Na Academia Brasileira de Letras fundada por Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus não ocupou nenhuma cadeira. Em 2024, foi lembrada pela instituição numa conferência ministrada pela escritora Eliana Alvez Cruz, no ciclo “O que eu sei dela”.

Considerações finais

As reflexões empreendidas ao longo deste estudo permitem concluir que a trajetória de Carolina Maria de Jesus transcende a categoria de mero fenômeno editorial para se consolidar como um objeto de análise fundamental dos impasses da formação social, histórica e educacional brasileira. O acesso à instrução formal, embora intermitente e marcado por um sistema estruturalmente excludente, não apenas forneceu à autora os rudimentos da escrita, mas constituiu o que aqui se defendeu como uma ferramenta de emancipação. Essa base educacional permitiu-lhe a construção de uma subjetividade resiliente, que recusava o destino de silenciamento e invisibilidade historicamente imposto à população negra no período do pós-abolição e da urbanização segregacionista de São Paulo.

Contudo, observou-se que essa ascensão intelectual gerou um paradoxo identitário complexo. O distanciamento de Carolina em relação aos seus pares na favela do Canindé não deve ser interpretado sob uma ótica de alienação ou desdém, mas sim como o sintoma de um sujeito que habita o “entre-lugar”. Carolina operava numa zona de fronteira: ao mesmo tempo que a sua realidade era a da escassez extrema, a sua consciência era a da intelectualidade produtiva. A sua escrita, caracterizada pelo vigor do “Pretuguês” e pela crueza da denúncia da fome, desafiou a hegemonia da literatura burguesa e desmascarou, com uma autoridade narrativa inédita, a fragilidade do mito da democracia racial brasileira, revelando as engrenagens de um racismo que se manifesta tanto na geografia urbana quanto no acesso ao cânone literário.

Nesse sentido, a educação na vida de Carolina funcionou como um mecanismo de ruptura contra o epistemicídio e o apagamento da memória negra. Ao alinharmos a sua trajetória às perspectivas contemporâneas de resistência,

compreendemos que a educação, quando exercida como prática da liberdade, torna-se uma forma de contra hegemonia capaz de oferecer aos sujeitos as condições necessárias para sobreviver a sistemas de dominação e superar os danos psíquicos e sociais causados pela opressão. Carolina não escreveu apenas para documentar a favela; escreveu para se retirar dela e para questionar por que razão aquele espaço era o único reservado aos seus semelhantes.

Em última análise, Carolina Maria de Jesus permanece como uma figura incontornável e perturbadora para os Estudos Literários e Culturais. A sua memória, recentemente celebrada em instituições como a Academia Brasileira de Letras, simboliza uma vitória simbólica tardia, mas necessária, contra séculos de marginalização intelectual. Conclui-se, portanto, que a história de Carolina é o testemunho de que a alfabetização e o letramento são atos políticos de profunda envergadura. A sua obra é a prova de que a conquista do direito à autoria e à ocupação de espaços de prestígio é o desfecho de uma luta contínua contra a estrutura racista que, por meio de leis, decretos e preconceitos estéticos, ainda tenta vedar o acesso do sujeito periférico a sua própria humanidade e ao reconhecimento do seu génio criativo.

Referências

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo: FEUSP, 2005.

CASTRO, E. de M.; MACHADO, M. N. de M. **Muito bem, Carolina!** Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

CORTEZ, R. Lembrar Carolina Maria de Jesus para empretecer nossa história. In: SANTOS, M. A. (coord./ org.). **Trazendo Carolina Maria de Jesus para o Direito**. Rio de Janeiro: OABRJ, 2023. p. 15-20.

DALCASTAGNÈ, R. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo: Horizonte / Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

HOOKS, B. **Ensinando a Transgredir**: A educação como Prática da Liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP, 2014a.

JESUS, C. M. **Meu estranho diário**. São Paulo: Xamã, 1996.

JESUS, C. M. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014b.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Cultura, Educação e Trabalho, São Paulo, v. 2, 2026, eXX[2026]

SANTIAGO, S. **Grafias de vida**: a escrita do próprio. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2017.

SANTOS, J. R. **Carolina Maria de Jesus**: uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Recebido: 02/05/2026

Aprovado: 10/06/2026

Publicado: 27/06/2026

Contribuição de autoria:

Autor 1: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Autor 2: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Administração de projetos, Software, Supervisão, Validação, Escrita – rascunho original, Escrita – revisão e edição.

Editor responsável: Edison Trombeta de Oliveira

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

